



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ATA EM FORMA DE RESUMO

DA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA

Às nove horas do dia dez do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, na sede própria da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, o vereador Diony Nery declarou aberta a 99ª Sessão Ordinária do Primeiro Biênio da Décima Quinta Legislatura e por falta de quórum suspendeu a sessão por vinte minutos. Reaberta a sessão, o vereador Gleison Flávio solicitou ao vereador Arnaldo Leite para fazer a chamada que comprovou quórum. Os Pares Edson Carvalho, Diony Nery, Roberto Chaveiro, Willian Panda e Camila Rosa, em auxílio à mesa justificaram os seus atrasos. A vereadora Camila Rosa em auxílio à Mesa justificou a ausência do vereador Lelis, que está em viagem. O vereador Getúlio em auxílio à mesa justificou a ausência do vereador Élio Bom Sucesso. Após a leitura do texto bíblico, houve a leitura da ata da 98ª Sessão Ordinária e não havendo pedido de retificação ou impugnação foi aprovada. O 2º Vice-Presidente Roberto Chaveiro, colocou em apreciação do plenário, o qual foi aprovado para que o senhor Ubiraci, Secretário Municipal de Habitação, pudesse ocupar a tribuna, a fim de expor o Programa Aparecida Legal. Após a pronuncia do Secretário, foi apresentado um vídeo do Programa. O Vereador Zé Filho pediu para suspender a Sessão, para que os vereadores pudessem reunir a fim de discutirem o assunto em pauta. O Vereador Marcos Miranda disse não ser necessário, podendo ser discutido no plenário. O 2º Vice-Presidente suspendeu a sessão por dez minutos a fim de analisarem o Programa. Reaberta a Sessão, o vereador Marcos Miranda pediu a retirada do Projeto de Lei nº 104/21, de sua autoria, concedido pelo 2º Vice-Presidente. O 1º Vice-Presidente Fábio Ideal, pediu ao Secretário de Habitação para fazer as considerações finais, o qual reforçou a necessidade de regularizar as situações das famílias carentes recebendo as suas escrituras. Após este momento, solicitou à 1ª Secretária vereadora Camila Rosa para fazer as leituras das **matérias do expediente**: Projeto de Lei nº. 007/22, que reconhece como Utilidade Pública Municipal o Instituto de Especialidades Conceito (IEC) e dá outras providencias, de autoria do Vereador Willian Panda. Projeto de Lei nº. 008/22, o qual dispõe sobre a implantação de Ponto Eletrônico para médicos e demais profissionais da Rede Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia e dá outras providencias, de autoria do vereador Willian Panda. Projeto de Lei nº. 009/22 que revoga a Lei Municipal nº. 1.666 de 13 de novembro de 1997 e dá outras providencias, de autoria do vereador Edson Carvalho. Projeto de Lei nº. 010/22 que dispõe sobre o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais – CPDA, e dá outras providencias, de autoria do Executivo. Projeto de Lei nº. 011/22, o qual dispõe sobre a criação do Programa Auxílio Saúde Suplementar do Servidor Público do Município de Aparecida de Goiânia e



[Handwritten signatures]



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

dá outras providências, de autoria do Executivo. Projeto de Lei nº 012/22, que Altera a Lei Municipal nº. 3.366 de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre o acesso à informação previsto no inciso XXXIII artigo 5º, no inciso II do parágrafo 3 do artigo 37 e no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal e na Lei nº 12.527/2011 sobre a instituição do Conselho Municipal da Transparência, Controle Social e Prevenção à Corrupção e sobre regulamentação Municipal da Lei nº 12.846/2013, de autoria do Executivo. O Presidente André Promulgou a Lei nº. 3659 de 03 de março de 2022, o qual dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022. O Presidente cumprimentou o senhor Junior Vilela, o GM, Daniel, a imprensa e todos os presentes. Em seguida, abriu o expediente para debates. O Vereador Marcos Miranda, parabenizou todos os Conservadores pelo seu dia comemorado em 10/03. Os Vereadores Marcos Miranda, Getúlio, Fábio Ideal, Edson Carvalho, Gleison Flávio, Hans Miller, Diony Nery, Gilson, Sandro, Willian Panda, Zé Filho e Leandro, abordaram assuntos relevantes das próximas eleições, e outros temas importantes. O vereador Willian Panda usou a tribuna para solicitar ao Secretário Municipal da Fazenda André Rosa, para resolver os assuntos da Educação, caso contrário, a Educação entrará de greve. O vereador Leandro abordou a necessidade de esclarecer a situação da Prefeitura em bloquear o dinheiro dos aposentados e pensionistas, por causa do IPTU. O vereador Hans Miller confirmou este fato. O Presidente colocou sob apreciação do plenário a prorrogação da Sessão, por ter exaurido o prazo regimental, sendo aprovado. O Presidente André em resposta a vários questionamentos abordados, confirmou a necessidade dos Deputados comprovarem as emendas trazidas para Aparecida. Falou que irá averiguar a questão do Cerimonial da Prefeitura em não convidar alguns vereadores para os eventos. Concernentes as questões da Educação disse que o SINTEGO não procurou a Comissão desta Casa. Referiu-se a questão do bloqueio dos salários dos aposentados, sendo talvez a Receita, devido o imóvel estar retido, sem a Prefeitura saber. Finalizou dizendo que irá conversar com o Secretário André Rosa. Nada mais a tratar o Presidente declarou encerrada a presente Sessão convocando outra para o dia 15 de março de 2022. Lavrou-se a presente ata que após lida e aprovada segue devidamente assinada pelos membros da mesa.

